

Congresso quer controlar a entrada de créditos externos

Deise Leobet
de Brasília

A criação de um dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para controlar empréstimos contraídos pelo País junto a organismos financeiros internacionais foi defendida ontem pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR), durante audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado e Câmara, que discutiu o endividamento externo. "Não temos qualquer tipo de controle sobre esses empréstimos e é isso que queremos mudar para saber quanto está sendo comprometido com esses investimentos", disse Bernardo.

Até dezembro de 1997, de acordo com dados da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, encontravam-se em execução 86 projetos com financiamento de organismos multilaterais, totalizando US\$ 23,9 bilhões, para financiar projetos nas áreas de infra-estrutura e de modernização administrativa, fiscal e tributária. Deste total, US\$ 12,9 bilhões eram empréstimos e R\$ 11 bilhões referentes à contrapartida exigida para o desembolso dos financiamentos.

Nos últimos cinco anos, o Brasil pagou ao Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cerca de US\$ 10,1 bilhões em encargos, sendo US\$ 7,4 bilhões ao Banco Mundial. O pico das transferências ocorreu em 1995, quando foram desembolsados US\$ 2,1 bilhões, conforme relatório do BC. Bernardo alerta que há uma tendência de crescimento no montante de encargos pagos pelo Brasil, em razão do estoque de empréstimos de US\$ 13 bilhões cujos projetos estão em execução.

No ano passado, ingressaram no País cerca de US\$ 2,7 bilhão de recursos oriundos de financiamentos externos. Segundo o deputado, isso equivale a um terço dos investimentos do governo federal nesses setores, ou 1% do Orçamento da União. O Legislativo, segundo ele, não tem controle sobre esses financiamentos. O Senado apenas autoriza a contratação. "Não temos prerrogativas para modificar os projetos e acabamos fingindo que deliberamos", disse.

Organizações não-governamentais (Ong) argumentam que o grande volume de investimentos e dos encargos pagos pelos países tomadores de empréstimos reflete a importância que deles para os organismos financeiros internacionais. "A importância da análise dessa balança de pagamentos, favorável aos bancos, é que esse fato deve ser usado a nosso favor", disse o secretário-executivo da Rede Brasil, Aurélio Viana.

A diretora da Ong internacional, Rethinking the Bretton Woods Project, Jo Marie Griesgraber, lembra que Brasil, Argentina e México representam 51% dos financiamentos concedidos pelo BID. "Esses empréstimos, garantem o lucro das instituições, com os quais elas pagam seus custos administrativos."

No âmbito do Banco Mundial, o diretor-executivo do Brasil é um dos três representantes, junto com a Índia e a China, no conselho do subcomitê que avalia os painéis de inspeção. Os painéis de inspeção são mecanismos que permitem às comunidades afetadas por projetos do banco apresentarem reclamações e sugestões. No entanto, o Brasil, junto com os dois outros países mem-

bros, não tem se interessado em fortalecer esses mecanismos, informa a Ong.

No FMI, o diretor executivo brasileiro, Alexander Kafka, é o

membro mais antigo do conselho diretivo da instituição e exerce a função de porta-voz do hemisfério Sul. "Mas será que o Congresso sabe o que seu diretor-executivo está dizendo ou fazendo ou qual a sua posição quando se discute o fortalecimento dos mecanismos de avaliação do Fundo?", questiona Griesgraber.

Apesar dessa influência, os representantes de Ongs alegam que têm dificuldades em serem ouvidos pelos bancos e governos. Em Belém (PA), o Movimento Unificado Popular tentou interferir na execução de projetos de saneamento e urbanização na região metropolitana da capital. O projeto, denominado "Macrodrenagem", prevê investimentos de US\$ 236 milhões em nove bairros, beneficiando 600 mil pessoas. "Queríamos participar das reuniões, mas não conseguimos", disse o vereador Carlito Aragão (PT).

Nos últimos cinco anos, o Brasil pagou ao BIRD e ao BID US\$ 10,1 bilhões e ao Banco Mundial US\$ 7,4 bilhões em encargos